

MANIFESTAÇÕES DA AÇÃO DE PARTICULARES E DE PROFESSORES DE PRIMEIRAS LETRAS EM PROL DA ESCOLARIZAÇÃO EM SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Analete Regina Schelbauer – UEM

1. Políticas Educacionais e Movimentos Sociais

O final do século XIX tem chamado a atenção dos historiadores da educação brasileira, possibilitando um olhar atento à instituição escolar, sobretudo, organizada e mantida pelo Estado e destinada a oferecer educação primária às classes populares. Alguns fatores têm propiciado esse olhar, um deles diz respeito às novas fontes de pesquisas disponibilizadas pelos acervos históricos, por exemplo, bibliotecas, arquivos, museus escolares e centros de documentação. Outro se refere a um dos mais importantes objetos de estudo do período: a educação primária.

A presente comunicação inscreve-se no âmbito das pesquisas que primam por investigar a difusão da escolarização elementar e as suas manifestações locais em consonância com o movimento de propagação da escola primária que ocorre em vários países. Trata-se de uma reflexão histórica acerca da ação de particulares e de professores das cadeiras públicas de primeiras letras em prol da educação primária e tem como objetivo compreender as especificidades desse movimento no Brasil e, em específico, na província de São Paulo, apreendendo as articulações existentes entre esses grupos, as questões em torno das quais se reuniram na defesa da instrução pública e identificando os agentes educacionais desse processo.

O recorte temporal é delimitado às três últimas décadas do século XIX, momento em que a província paulista vivencia a proposição de projetos de reforma da instrução pública, a criação de escolas pela iniciativa de particulares, a circulação de impressos pedagógicos, a profusão de aulas noturnas de primeiras letras, as conferências pedagógicas e a implementação de bibliotecas populares. As fontes utilizadas encontram-se no Centro de Documentação da Universidade Estadual Paulista – UNESP / Assis e no Arquivo Público do Estado de São Paulo e compõem-se basicamente de editoriais, de artigos, de notícias e de anúncios publicados pelo jornal *A Província de São Paulo* e *Relatórios de Professores das Cadeiras Públicas de Primeiras Letras*.

Pela análise das fontes e da literatura, observa-se que, na crítica às ações empreendidas pelo Governo Provincial na oferta da instrução pública às classes populares, sobressai à voz dos propagandistas ilustrados do período, os quais reclamavam a presença

da educação como elemento fundamental para o desenvolvimento do país, acompanhando movimento semelhante ao que ocorria em diversos países da Europa e das Américas, que imprimiam forma à educação primária, organizando seus sistemas nacionais de ensino. No caso do Brasil e, especificamente, da província de São Paulo, as manifestações de particulares e suas iniciativas nos negócios da instrução pública, associada às reivindicações dos professores das cadeiras públicas de primeiras letras, é questão interessante para a compreensão da constituição de nossos sistemas educativos e das idéias e das práticas pedagógicas como produtos de uma construção social.

De um modo geral, para além dos discursos sobre a importância da difusão da escolarização elementar, encontram-se interesses relacionados ao desenvolvimento econômico e político, sobretudo, à implantação da república. A ação de particulares e de professores de primeiras letras fica aqui registrada na intenção de uma elite progressista de produzir, através da propagação da instrução popular e das inovações do ensino, a modernização de São Paulo, tantas vezes destacada por seu progresso material em relação às demais províncias do Império.

1. A ação de particulares em prol da escolarização em São Paulo

A ênfase na iniciativa de particulares no que se refere à causa da instrução popular era uma constante nas últimas décadas do século XIX, entre os “intelectuais ilustrados” de São Paulo, seguindo o exemplo dos “países civilizados”. Um editorial do jornal *A Província de São Paulo* destaca os Estados Unidos como sendo um país no qual já não é novidade ver um homem consagrar parte de sua fortuna particular à causa da instrução:

Os cidadãos daquele maravilhoso país, cujo extraordinário progresso em todos os ramos da atividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um título de nobreza perdurável e capaz de perpetuar o seu nome na memória das futuras gerações, não procuram esses brasões que se extinguem com a vida e que afinal nada significam, mas tratam com um desinteresse e uma nobreza d’alma, dignas de imitação, de gravá-lo na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensiná-lo a meditar e a raciocinar. E quando o esforço individual não basta para a realização de tão grande obra, congregam-se os elementos esparsos, as vontades isoladas se associam e diante dessa comunhão de forças desaparece o impossível (EDITORIAL, 04/02/1875, p. 1).

O editorial enfatiza que é a consciência do dever que faz dos americanos homens verdadeiramente livres e, com mágoa, constata que no Brasil, somente naquele momento começava-se a compreender que “[...] só na escola é que se podem formar cidadãos úteis à pátria” (EDITORIAL, 04/02/1875, p. 1), reconhecendo essa questão como sendo de

consciência pública. Tal discussão torna-se uma constante nas páginas dos dois jornais republicanos de São Paulo, *A Província de São Paulo*, sob direção de Rangel Pestana e Américo de Campos e, *Gazeta de Campinas*, dirigida por Francisco Quirino dos Santos. Esses veículos colocam em evidência a iniciativa de particulares, ora vinculada aos exemplos dados pelas “nações civilizadas”, ora mediante a ênfase nas experiências educacionais empreendidas pela iniciativa particular, tendo à frente liberais, republicanos, leigos maçons e positivistas, assim como mediante o apoio às iniciativas vinculadas às escolas americanas de confissão protestante que se instalam na província, a partir do final da década de 1860.

É importante salientar que, nas últimas décadas do império, o ensino particular podia ser exercido livremente por particulares, tendo na Lei provincial n. 54, de 15 de abril de 1868 seu amparo legal (COLEÇÃO, 1869). A legislação, nesse sentido, favoreceu não somente as escolas particulares criadas ou apoiadas pelos paulistas, mas também a introdução das escolas americanas de confissão protestante, favorecidas pelo movimento imigratório para a província de São Paulo, já no final da década de 1860 (HILSDORF, 1986).

Nesse sentido, vários empreendimentos foram realizados, originados pela iniciativa individual ou associada, voltados à educação do povo ou das elites. Tinham como ponto de coesão a defesa de princípios educacionais inovadores que os colocavam na posição de vanguarda entre as demais escolas da província, sobretudo em relação às escolas públicas, denominadas cadeiras de primeiras letras. No entanto, essas iniciativas não se limitaram a São Paulo, experiências semelhantes foram desenvolvidas em outras províncias.

Dentre as experiências de maior expressão, desenvolvidas por iniciativa de particulares, na província de São Paulo, podemos citar a Escola Americana (Capital, 1870), o Colégio Internacional (Campinas, 1872), o Colégio Culto à Ciência (Campinas, 1874), o Instituto do Novo Mundo (Itu, 1875), o Colégio Pestana (capital 1876), o Colégio Morton (capital, 1880), o Colégio Piracicabano (Piracicaba, 1881), o Liceu de Artes e Ofícios (capital, 1882), a Escola Primária Neutralidade (fundada oficialmente na capital, em 1884, mas cujas origens remontam a 1878, com o Colégio Kopke, e 1879, com a Escola Modelo). Essas escolas, reconhecidas como “geradoras de inovações”, criadas no período de transição entre o império e a república, foram objeto de vários estudos no âmbito da historiografia educacional¹.

¹ Ver Hilsdorf (1977, 1986); Moraes (1981); Mesquita, Z. (1992); Mesquita P. (1993); Prado (1999), dentre outros.

A título de exemplo destacamos algumas dessas iniciativas. O Colégio Culto à Ciência, de Campinas, destinado ao ensino primário e secundário, configurou-se como o primeiro estabelecimento inteiramente leigo, inaugurado em 1874, por iniciativa de particulares vinculados à maçonaria. As origens do Colégio remontam ao ano de 1869, com a fundação da Sociedade Culto à Ciência, por iniciativa de Antonio Pompeo de Camargo. Dentre os nomes que figuraram desde a elaboração dos estatutos da sociedade até o lançamento da pedra fundamental, os diretores e professores, constam: José Bonifácio do Amaral, Jorge Miranda, Campos Sales, Vieira de Carvalho, Américo Brasiliense, Francisco Glicério, Hipólito Pujol, João Kopke, Júlio Ribeiro.

O colégio se distinguia dos existentes na província, por não ter fins lucrativos, por não aceitar a intromissão de assuntos religiosos nas questões do ensino e por ministrar um ensino “[...] sob o ponto de vista leigo, positivista e científico” (MORAES, 1981, p. 124). O “Culto à Ciência” foi descrito pelo jornal *A Província de São Paulo*, como um colégio onde “[...] o rico e o pobre recebem o ensino em partilha igual, e a instrução espalha-se levando luz a todas as almas”, de acordo com o modelo norte-americano quanto ao programa e método de ensino empregado, leia-se método intuitivo (EDITORIAL, 04/02/1875, p. 2).

O Instituto do Novo Mundo, inaugurado em 1875, na cidade de ITU, cuja fundação recebeu das páginas d’*A Província*, destaque na seção Instrução Pública. Os redatores afirmam que o entusiasmo pela instrução começava a fazer parte dos objetivos dos homens inteligentes e patriotas da província, fundando colégios em Campinas que ministram uma instrução mais ou menos ampla à mocidade. Falam da importante atuação das lojas maçônicas, que têm demonstrado os ousados objetivos da iniciativa particular na criação de verdadeiras casas de educação e instrução. Dentre elas, a fundação de uma escola, uma biblioteca pública e uma coleção de objetos para o ensino primário, por iniciativa do redator do jornal *O Novo Mundo*, José Carlos Rodrigues, cujo ato “[...] é inspirado por este sentimento nobre que tanto recomenda os americanos do norte a admiração e estima dos outros povos: o amor ao próximo” (EDITORIAL, 04/02/1875, p.2).

Em 1882, foi fundado na capital paulista o Liceu de Artes e Ofícios, tema de destaque n’*A Província* que noticia a abertura de uma biblioteca e de aulas noturnas nas instalações da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, que Leôncio de Carvalho havia fundado na década de 1870 naquela capital e cujas aulas eram freqüentadas por mais de 300 artistas e operários. Associado aos republicanos paulistas e às demais lideranças democráticas da província, Leôncio de Carvalho propõe a criação do Liceu. Dentre as

justificativas, menciona que as condições materiais da província eram extremamente adequadas a tal propósito – terrenos fertilíssimos e de fácil cultura, excelente clima e condições que favoreceriam a imigração européia e americana, numerosas estradas de ferro, importantes estabelecimentos fabris e comerciais, que anunciavam o futuro promissor das atividades industriais na província; enfim, admiráveis cometimentos que a iniciativa particular evidenciava, mas que requeriam uma condição especial para prosperar: o ensino profissional (LICEU..., 23/07/1882, p. 2).

Em 1º de agosto de 1882, *A Província* noticia uma reunião na casa de Leôncio de Carvalho, com a presença de Antônio Carlos, Sá e Albuquerque, Américo de Campos, Paulo Bourroul, Rangel Pestana, Cândido Rodrigues, Santos Lima, Lobo Pessanha, com a finalidade de organizar os cursos primário e geral do Liceu de Artes e Ofícios da capital. O Liceu ofereceria gratuitamente, além dos cursos profissionalizantes de artes e ofícios, ensino primário, que funcionava durante a noite, todos os dias da semana, com exceção do sábado. O curso primário para o sexo feminino estava sob a responsabilidade da professora Anna Maria de Senne e Souza, também professora de uma cadeira pública para o sexo feminino.

No início de 1884, sob iniciativa de João Kopke e Silva Jardim, é criada a Escola Primária Neutralidade. Sobre o empreendimento, Rangel Pestana publicou no jornal *A Província* os seguintes comentários “Há nesta capital um estabelecimento de ensino que seria uma honra para qualquer outro país pelo emprego dos métodos, proficiência das lições e soma de conhecimentos que as crianças adquirem sem violência a seu desenvolvimento físico e intelectual, é a *Escola Primária Neutralidade*” (PESTANA, 13/12/1884, p.1).

No Relatório da Escola Primária Neutralidade (1885), encaminhado ao inspetor da Instrução Pública da província de São Paulo em 12 de maio de 1885, podemos acompanhar um pouco mais da marcha daquele empreendimento e das idéias inovadoras que João Kopke imprimiu à escola. O relatório, elaborado por João Kopke e Silva Jardim, fala da influência que a escola estava atingindo sobre as demais províncias, uma de suas finalidades, que começava a ser alcançada com a elaboração do programa pela congregação, aprovado para a instrução primária na província do Paraná, a convite de seu presidente, Dr. Brazilio Augusto Machado d’Oliveira (1885), o qual declara em ofício datado de quatro de novembro, estar colocando em prática o quanto possível o programa elaborado pela Escola Primária Neutralidade.

2. A ação de professores das cadeiras públicas de primeiras letras

Ao adentrarmos na vasta documentação sobre as práticas escolares dos professores públicos, sobressaem às péssimas condições de instalação das cadeiras de primeiras letras. As queixas iam desde a ausência de instalações adequadas até a falta de materiais de ensino. Além disso, a irregularidade da frequência dos alunos resultava, de acordo com o relato de muitos professores, na impossibilidade de uniformizar os métodos de ensino. Na realidade, havia uma resistência dos pais em enviarem os filhos à escola, mostrando um grande hiato entre os desejos dos intelectuais de oferecer educação às classes populares e o desejo dessas classes de enviarem seus filhos à escola, fatores que dificultavam a melhoria do ensino público.

No entanto, em meio às queixas, destacavam-se as iniciativas em prol da difusão da escolarização nas quais conjugavam forças professores públicos e iniciativa particular, como por exemplo a atuação do professor Joaquim Ignácio de Oliveira Leite da 1ª cadeira do sexo masculino de Campinas, que afirmava desenvolver um ensino prático que, modernamente, tem sido adotado pelos países europeus e pelos Estados Unidos (LEITE, 1887, p. 1).

É importante observar que Oliveira Leite tinha estreitas relações com a maçonaria republicana de Campinas, que havia lhe cedido inclusive a sala, os móveis e utensílios para sua aula de primeiras letras. Maçonaria responsável, dentre as iniciativas no âmbito educacional, pela fundação do Colégio Culto à Ciência.

3. O Conselho Superior de Instrução Pública

Dentre as iniciativas públicas em prol da difusão do ensino primário merece destaque a criação do Conselho Superior de Instrução Pública, em 1887, tendo sido eleito como presidente o conselheiro Vieira de Carvalho e como demais representantes José Vicente, Arthur Guimarães, Frederico Abranches, Rabelo e Silva, Leite de Moraes, Brasília Machado, Reverendo Valois de Castro e Cônego Manoel Vicente. Uma das primeiras determinações do Conselho foi a organização do Regimento Interno das Escolas Primárias da Província e do próprio Regimento do Conselho, ao qual caberia: propor medidas relativas à direção e fiscalização do ensino, adoção de método e instrução ao professorado, além de toda e qualquer reforma referente ao ensino público (ATA da 1ª REUNIÃO, 05/10/1887. Ordem 1162).

4. As conferências pedagógicas

Para finalizar nossa discussão é preciso lembrar que as conferências também foram um meio utilizado pelos personagens que estavam à frente da difusão da escolarização

inicial na Província de São Paulo. É interessante observar que os mesmos personagens estavam à frente nas escolas particulares, no jornal e nas conferências pedagógicas, espaços definidos para circulação dos modernos preceitos pedagógicos apropriados das “nações civilizadas”.

O Liceu de Artes e Ofícios oferecia aos domingos e nos dias santificados, conferências sobre as seguintes matérias, conforme atestam os noticiários do jornal *A Província*: economia industrial, por Rangel Pestana; elementos de direito constitucional, por Leôncio de Carvalho; ciência do comércio, por Antonio Carlos de Andrada; economia política, por Vieira de Carvalho; higiene, por Mariano Costa; elementos de direito natural, por Felino Guedes; estética, por Theophilo Dias, e filosofia, por Galvão Bueno (NOTICIÁRIO, 12/09/1882, p.2).

Além do Liceu de Artes e Ofícios, a Escola Primária Neutralidade também realizou uma série de conferências nos anos de 1884 e 1885 (RELATÓRIO, 1885), com o objetivo de dar publicidade às suas idéias sobre educação e aos processos de ensino empregados na escola. As conferências eram gratuitas e anunciadas pelos jornais da cidade. Durante o ano de 1884, foram realizadas sete conferências, sempre aos domingos, contanto com um auditório composto por senhores, alunos da Escola Normal, do Liceu de Artes e Ofícios e, por vezes, conhecidos professores, conforme atesta o relatório da escola no qual consta, também, o programa das conferências pedagógicas programadas para o ano de 1885. Os temas propostos eram: da educação, seu objeto e meios; a educação física, sua importância e modo de realizá-la; higiene escolar; a educação moral na escola moderna; importância do conhecimento da psicologia para o exercício do professorado; o método objetivo e os métodos vulgarmente usados; o método subjetivo; seu lugar num curso de educação; as lições de coisas, seu uso e abuso; Pestalozzi e Froebel: crítica dos seus sistemas de educação; preparação do professorado; importância do estudo da pedagogia; o papel das escolas normais, sua verdadeira organização: requisitos que devem preencher, vícios que devem evitar; exames escolares; relações entre a família e a escola, dentre outros, totalizando 28 temas. (SCHELBAUER, 2003).

O jornal noticia também uma série de conferências proferidas pelo professor da Escola Normal de São Paulo e diretor da Escola Primária Neutralidade, Antonio Silva Jardim, a convite da diretoria da Sociedade Auxiliadora da Instrução, sobre métodos de leitura em geral, e especialmente sobre o de João de Deus, na cidade de Santos. Do mesmo autor é noticiada, em abril de 1884, uma conferência proferida nos salões da Escola Normal, imposta pelos estatutos daquela instituição (NOTICIÁRIO, 23/04/1884, p.3).

Considerações finais

Essas foram algumas das experiências vinculadas à iniciativa de particulares e de professores públicos que figuraram na defesa da difusão da escolarização elementar e na vanguarda das realizações educacionais de caráter inovador na província de São Paulo. Pelos relatos percebe-se que os personagens que compõem essa trajetória se entrecruzam nas diversas experiências, como diretores, professores ou simplesmente apoiando e divulgando essas iniciativas, ora voltadas à formação das elites, ora às classes populares. O que os unia era a finalidade de promover a difusão da escolarização elementar como sinônimo de modernização em São Paulo no final do Império.

As páginas iniciais desse discurso estão vinculadas a “personagens-chave”, que estiveram envolvidos na organização do novo regime político, mas cuja atuação remonta às últimas décadas do império nos planos político e educacional. Dentre esses nomes podemos citar: Américo Brasiliense; Américo de Campos; Antonio Caetano de Campos; Campos Sales; Cezareo Gabriel de Freitas; Elias Fausto Pacheco Jordão; Francisco Glicério; Francisco Quirino dos Santos; João Kopke; Jorge de Miranda; Joaquim Bonifácio; Júlio Ribeiro; Rangel Pestana; Silva Jardim; Vieira de Carvalho; os irmãos Prudente de Moraes e Leôncio de Carvalho. Nomes que, atuando no âmbito da iniciativa particular no final do império, passaram a atuar no âmbito das iniciativas da instrução pública com as reformas republicanas do ensino paulista.

Esses homens extrapolaram os muros das escolas particulares, seu principal foco de realização e divulgação dessas inovações, e ofereceram à sociedade paulista o contato com os saberes pedagógicos em circulação em âmbito mundial. Isso que nos leva a concluir que a Província de São Paulo constituiu-se, através de seus intelectuais ilustrados, bacharéis em direito, um terreno extremamente fértil à corrente das novas idéias pedagógicas e a difusão da escolarização elementar.

Referências

ATA da 1ª Reunião do Conselho Superior de Instrução Pública, 05/10/1887. **Série Instrução Pública**. Arquivo do Estado de São Paulo. Ordem 1162.

COLEÇÃO. **Leis e Posturas Municipais promulgadas no ano de 1868/1869**. São Paulo: Tipografia do Correio Paulistano, 1869.

D'OLIVEIRA, Brazilio Augusto Machado. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Paraná**. (Instrução Pública) Curitiba: Tipografia

“Perseverança”, de J. F. Pinheiro, 1885, p.46-78.

EDITORIAL. **A Província de São Paulo**, 04/02/1875.

HILSDORF (BARBANTI) Maria L. S. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens**. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

LEITE, Joaquim Ignácio de Oliveira. Relatório apresentado em 1º de maio de 1887. **Série Instrução Pública**. Arquivo do Estado de São Paulo. Ordem 4920, lata 2.

LICEU de Artes e Ofícios. **A Província de São Paulo**, 23/07/1882, p. 2.

MESQUITA, Peri. Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação.

Revista do Congeime. Piracicaba. Ano 2, n. 2, 1993, p.29-50.

MESQUITA, Zuleica de C. C. **Educação metodista: uma questão não resolvida**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

MORAES, Carmem Silvia V. **O ideário republicano e a educação: o Colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869-1892)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

NOTICIÁRIO. **A Província de São Paulo**, 12/09/1882, p.2.

NOTICIÁRIO. **A Província de São Paulo**, 23/04/1884, p.3.

PRADO, Alice da Silva. **Um modelo pedagógico para a república: práticas educacionais da escola americana em São Paulo (1870-1915)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

PESTANA, Francisco Rangel. **A Província de São Paulo**, 13/12/1884, p.1.

RELATÓRIO. Escola Primária Neutralidade. 1885. **Série Instrução Pública**. Arquivo do Estado de São Paulo. Ordem 5010, lata 1.

SCHELBAUER, Analete Regina. **A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)**. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.